



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUAMNOS  
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONATRAE**

**Data:** 26 de fevereiro de 2019.

**Local:** Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, localizado no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar, Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria Nacional de Cidadania/MDH – Brasília – Distrito Federal – 70308-200

Dante Cassiano Viana	CGCTE/DPDDH/SNPG
Cátia de Araújo Silva	CGCTE/DPDDH/SNPG
Andréia Figueira Minduca	CGCTE/DPDDH/SNPG
Camila Melo de Assis Branquinho	CGCTE/DPDDH/SNPG
Alexandre Magno	SNPG
Herbert Borges Paes de Barros	DPDDH/SNPG
Natalia Suzuki	Repórter Brasil
Marília Ramos	Repórter Brasil
Xavier Jean Marie Plassat	CPT
Ana Carolina Alves Araújo Roman	PFDC/MPF
Luciana Paula Confort	ANAMATRA
Maurício Krepsky Fagundes	DETRAE/SIT
Mércia Consolação Silva	InPacto
Renata Braz Silva	MJSP
Catarina von Zuben	MPT
Janaína Gadelha	PF
José Roberto Peres	PF
Caroline da Costa Ribeiro	SRPRF/RS
Rodrigo Huguene	CNA
Maria Claudia Falcão	OIT
Fernanda Carvalho	OIT
Maria Cristina	Ministério da Cidadania
L. Anjos	PRF
Rivana Barreto Oliveira	ANADEP
Anderson Sant'anna	SNPG
Renato Mnezes	CTETP/SEJUDHPA
Ana Maria Santos Fidelis	CNI
Francisco Luciano Frota	CNJ
Solange Nunes	SINAIT
Larissa Pollyana do Carmo	CONTAG

Claudia Anjos	MMFDH
Edmundo Lima	ABVTEX
Antônio Carlos Mello	Inst. Trabalho Decente
Julianne Marques	AMB
Ligia Prado	DPU
Mario Luiz Guerreiro	AGU/PGU
Rosa Maria Campos Jorge	SINAIT
Dalva Coatti	SINAIT

## PAUTA

- 1) **Coordenação – CONATRAE**
  - a) **Abertura**
  - b) **Aprovação da Ata de 11/12/2018**
- 2) **Projetos de Prevenção ao Trabalho Escravo**
- 3) **VI Encontro Nacional das COETRAEs (Inácio José – COETRAE – MT)**
- 4) **Ações do Programa Escravo, Nem Pensar! em 2018 (Natália Suzuki – Repórter Brasil)**
- 5) **Projeto de Municipalização; Projeto Direitos Humanos em cena e Projeto Protegendo sonhos (Renato Menezes – SEJUDH – PA)**
- 6) **Integração com o combate ao tráfico de pessoas (Luciano Frota – CNJ)**
- 7) **Informes**

## PAUTA

- 1- Coordenação - Conatrae:

- a. Abertura:

Dante Viana: Faz abertura da reunião, apresenta o Secretário Adjunto Alexandre Magno que irá presidi a reunião, e pede a todos que façam uma rodada de apresentações.

Alexandre Magno: Fala que está como secretário adjunto desde janeiro e que tem acompanhado nesse período os trabalhos da Conatrae, relata que considera um trabalho absolutamente importante para a Secretaria, para o Ministério e para o Brasil, no sentido de formular políticas públicas para a completa erradicação do trabalho escravo.

Dante Viana: Faz um breve resumo da situação atual das estruturas de governo, relata que a Conatrae mantém a sua estrutura de Comissão e de coordenação de apoio, informa que o novo Secretário vê com bons olhos a pauta de trabalho escravo. Ressalta que a perspectiva é de que continue tudo da mesma forma e com as mesmas prioridades e que estão sendo feitos estudos junto com a diretoria para o próximo PPA.

Mauricio: Fala sobre a nova estrutura da SIT e da Detrae. Informa sobre os recursos para as operações de fiscalizações do grupo móvel e para as ações de combate ao trabalho escravo no país. Menciona que há uma emenda parlamentar no valor de seiscentos e vinte e oito mil, e que ela é específica para despesa propriamente de combate ao trabalho escravo, sendo que esse recurso é para iniciar o ano. Informa também que há o recurso das inspeções do trabalho no valor de quatro virgula dois milhões para todas as obrigações trabalhista, envolvendo combate

ao trabalho escravo, trabalho infantil, aprendizagem e trabalho no campo. Relata que as verbas destinadas para o trabalho escravo vão ser utilizadas primeiro pela verba da emenda parlamentar e só depois serão utilizados os recursos disponíveis no âmbito da SIT. Finaliza dizendo que o recurso disponível esse ano é um pouco menor e por isso irão utilizar o recurso dessa emenda parlamentar, ressalta que não há um plano interno específico para trabalho escravo, mas sim um plano para as ações de inspeção no geral com as temáticas relatadas acima. Informa que as ações estão sendo executadas desde de janeiro sem nenhum problema.

Rosa: Se diz preocupada com essa nova estrutura, dizendo que o setor que cuida justamente das multas e recursos ficou fora da SIT, assim como o setor de planejamento da fiscalização também está fora. Informa que o Sinait já esteve com o Secretário do Trabalho relatando que isso é muito ruim, não fazendo sentindo esses dois setores ficarem fora da estrutura das áreas finalísticas. Informa também, que como um todo a estrutura da SIT perdeu muito, inclusive perderam seiscentos e cinquenta e um cargos comissionados, e que também as superintendências estão muito defasadas em termos de estruturas. Relata que a maior preocupação é que isso vai impactar no atendimento ao público e as fiscalizações. Pede ao Secretário Adjunto Alexandre Magno que converse com o Secretário do Trabalho informando que essas providencias sejam tomadas, porque muitas ações estão travadas devido aos problemas de estruturas operacionais.

Dante Viana: Responde a Rosa que vai encaminhar essa proposta para o gabinete.

Mércia: Pergunta se isso será um posicionamento da Conatrae ou se irá apenas constar em ata e pede celeridade.

Dante Viana: Relata que fará esse encaminhamento, diz que a Comissão vai solicitar que o Secretário Adjunto converse na Secretária de Trabalho do Ministério da Economia, pedindo que façam as nomeações, e que organize a parte administrativa e operacional o mais rápido possível para viabilizar as condições de trabalho, principalmente nas 14 superintendências.

Mauricio: Pede para deixar registrado que as ações do grupo móvel que foram feitas esse ano com recursos da secretaria de trabalho e as também as ações que estavam planejadas no âmbito das regionais, como exemplo as de Minas Gerais e São Paulo, que não possuíam ordenador de despesa e recurso específicos foram emitidas por Brasília. Informa que quando a regional que reporta a impossibilidade de realizar as ações fiscais e essas ações possuem informações consistentes e que possam resultar em resgate, a Detrae emite as ordens de serviços, diárias e outras coisas necessárias a realização das operações.

Luciana Confort: Faz uma pergunta sobre as operações de 2017/2018. Relata que em 2017 houve um anuncio de redução do orçamento e conseqüentemente das despesas e dos resgastes. Pergunta se em 2018 isso foi recomposto, se continuou da mesma forma, se melhorou ou piorou.

Mauricio: Explica que em 2017 houve uma redução no orçamento no Poder Executivo Federal de março a agosto, e para SIT em específico houve uma redução de 70% dos recursos previstos para o ano todo. Explica que nas regionais, em março, já tinham utilizado todos os recursos disponíveis e esse recurso acabou sendo recomposto só em setembro, então as ações que estavam planejadas de março até agosto não foram realizadas, sendo realizadas só a partir de setembro. Informa que em 2017 houve mais ações do que em 2016, porém o número de resgatados foi muito menor, praticamente metade. Relata que em 2018 não houve contigüamento para a inspeção no combate ao trabalho escravo, sendo que o número de ações

fiscais foi praticamente o mesmo de 2017, mas o número de resgatado mais que dobrou. Informa que esses dados estão disponíveis do radar do trabalho escravo da SIT.

Mércia: Faz um questionamento sobre o orçamento, perguntando se as superintendências tem o orçamento próprio garantido para executar as atividades dela com independência ou a Detrae subsidia as regionais.

Mauricio: Explica que há um orçamento para aquelas 4 temáticas ditas anteriormente e que a partir daí cada regional faz um pedido específico de orçamento, sendo descentralizados aos pouco de acordo com cada ação realizada pela regional. E para o grupo móvel é solicitada a cada operação que é planejada. Então, informa que a superintendência não tem esse recurso disponível, mas ela solicita ao órgão central de Brasília que faz a descentralização.

Rosa: Diz que as regionais estão paralisadas, e que essa burocracia está atrapalhando o desempenho das atividades. Fala que o que ela está pedindo é que essas regionais possam trabalhar normalmente sem ter que ficar toda hora solicitando alguma coisa aos órgãos centrais.

#### b. Aprovação da Ata:

Dante Viana: Pede a aprovação da ata.

Rosa: Questiona sobre os sigilos das operações do grupo móvel, diz que ficou preocupada porque a operação tem que ser sigilosa para ser eficiente e da forma como foi colocada na ata parece que foi questionada a forma dela ser sigilosa. Diz que para o SINAIT o que tem funcionado ao longo dos anos e que a operação deve ser sempre sigilosa, mas nunca pra impedir que todas as instituições ajam no momento oportuno.

Dante Viana: Fala sobre o assunto e diz que na última reunião alguém fez o questionamento sobre um problema no sigilo em relação a sua organização. Informa que isso fica registrado em ata, mas o que se questionou do sigilo foi que alguma instituição perguntou sobre o nome das pessoas resgatadas dizendo que poderiam ser alvo de uma ação de assistência social e de acompanhamento de busca ativa, não se questionando o sigilo da operação em si.

Xavier Plassat: Explica que o sigilo das operações tem dois momentos: Um seria no momento da fiscalização e outro nos pós operação. Isso está bem esclarecido na ata.

Mauricio: Ressalta que quando há necessidade de acompanhamento de assistência social no local ou de algum parceiro importante nas operações, eles são chamados.

Dante: ata aprovada sem alterações.

#### c. Projeto de Prevenção ao Trabalho Escravo/Ações do Programa Escravo, Nem Pensar

Dante Viana: Fala sobre os projetos da CGCTE. Informa da inauguração do Memorial do Trabalhador, na antiga sede do MPT, na Bahia, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, Coetrae –BA e com o SINAIT. Explica que inicialmente esse projeto tinha a finalidade de ser um museu de Direitos Humanos, começando com a temática de trabalho escravo e sendo ampliado para as outras pautas de Direitos Humanos. A ideia agora é que depois dessa inauguração procure-se outros espaços físicos, num projeto maior para futuramente se fazer um museu de Direitos Humanos no país e junto fazer uma exposição itinerante explicando o que é trabalho escravo. Fala também sobre o documentário dos 15 anos da Conatrae em parceria com IFB, também relata sobre as campanhas que foram realizadas no

início do ano pelos vários órgãos parceiros, e também informa sobre a campanha realizada pelo MMFDH por meio da Conatrae em parceria com a PRF. Esclarece que atualmente está tendo uma aproximação técnica com a PRF, para verificar alguns projetos que já estão em andamento e como isso pode ser incrementado. Informa que a Conatrae sugeriu que no projeto mapear fosse incluído a parte de tráfico de pessoas e trabalho escravo ajudando a fazer o diagnóstico dos pontos de riscos nas estradas federais e também está se conversando no sentido de incrementar o Disque 100 de Direitos Humanos com o 191 da PRF.

Herbert Barros: Fala sobre o objetivo de o projeto mapear, e relata que a ideia do MMFDH é fazer uma capacitação para os agentes da PRF e identificar os casos de captura trabalhadores em situação de trabalho escravo auxiliando o encaminhamento desses casos.

Renata Braz: Fala sobre o projeto Mapear, e diz que é um projeto premiado da PRF e que ele foi inserido como uma meta do terceiro plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, a inserção das questões que possam indicar uma vulnerabilidade no local para o tráfico. Aproveita a presença do Secretário Adjunto para relatar que conseguiram inserir no plano dos 100 dias do governo federal a necessidade de elaboração de um decreto que vai regulamentar o terceiro plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas e para isso precisam se reunir com os representantes de cada ministério. Informa que ainda estão aguardando a indicação do MMFDH, diz que é uma política tripartite, e que a intenção é começar esse trabalho, que tem prazo para terminar em 9 de abril, com a tripartite. Informa que ainda não conseguiram começar porque falta a indicação do MMFDH e por isso pede ao secretário que auxilie a obter a resposta desse ofício de indicação.

Alexandre Magno: Diz que vai priorizar essa questão e resolver nos próximos dias.

Mércia: Fala que sente falta de um movimento da Conatrae em engajar o setor produtivo, e diz que as empresas que fazem parte do InPacto têm em um de seus compromissos a contratação de trabalhadores que foram egressos do trabalho escravo e elas tem vagas, mas os caminhos ainda não estão desenhados para que se possa efetivar essa ação. Relata também, que acha importante o Estado em parceria com as empresas desenvolva programas de prevenção mais robustos, inclusive envolvendo prefeituras e estados com objetivo de sair desse lugar que não consegue dar efetividade para quem tá atuando na prevenção.

Herbert Barros: Fala que no último período e nas últimas reuniões foi falado que o Ministério divulgou as diretrizes nacionais sobre empresa em direitos humanos, e diz que essas temáticas estão sempre muito próximas. Relata que temos a necessidade de uma atuação mais próxima com o setor produtivo e que está conversando com os seus representantes como a Abvetx, CNI e futuramente com a CNA, no sentido de ter uma atuação conjunta e desenvolver um conjunto de propostas para trazer ao pleno, para que se possa conhecer o que já existe, identificar as boas práticas, ajudar a potencializá-las, aonde ainda não existem ações nesse sentido porque a gente possa implantá-las. Diz que precisa ter um espaço dentro da Conatrae, para que se possa conversar sobre essa ação coordenada envolvendo o setor produtivo nessa pauta.

Dante Viana: Complementa a fala do Herbert dizendo que na última reunião já havia conversado sobre isso e que a Coordenação tem essa visão também, que para fazer a parte de prevenção e reinserção precisa ter um diálogo com o setor produtivo. Informa que já ouviu algumas conversas com alguns representantes e que também já há um compromisso no próprio planejamento da Secretaria em relação ao setor produtivo.

Luciana Confort: Pede a Mércia que faça um apanhado sobre as principais queixas do setor produtivo para que a Comissão possa tentar ajudar e pede que a Conatrae faça uma aproximação com o INAI, para viabilizar a mobilização integrada principalmente para a reinserção dos trabalhadores nesse processo.

Natalia: Fala que o está sendo discutido vai muito com o que está sendo confrontado no âmbito municipal na Contrae em São Paulo e relata que lá o que impulsionou as ações que já existem foi criar um mapeamento sistematizado das instituições e um fluxo de atendimento pós - resgate.

Dante Viana: Encaminha a criação do GT de empresas com a participação do InPacto, Repórter Brasil, OIT, Abevetx, Instituto Trabalho decente e CNA.

Herbert Barros: Fala para estabelecer as diretrizes e objetivos do grupo de trabalho, que o grupo reflita um conjunto de ações de combate ao trabalho escravo, pede a Natalia para trazer uma sugestão de mapeamento de atores e atribuições com vistas à reinserção do trabalhador e também que o grupo traga propostas de ações de campanhas e o que for necessário para prevenção de trabalho escravo a partir da atuação do setor produtivo. Fala também de lembrar as boas praticas já realizadas pelo setor produtivo que possam ser replicadas.

Dante Viana: Pede ao Ministério da Cidadania que faça um documento pequeno relatando com são as portas de entrada e quais são as possibilidades de acessá-las e isso será passado a Detrae e a partir dai verifica como fazer esse link e só depois a gente junta esse aspecto com que o grupo de trabalho está fazendo.

Maria Cristina: Fala que já há essa aproximação entre assistência e o Ministério da Economia para conversar sobre esse fluxo, relata que a questão da assistência ainda precisa ser um pouco amadurecida e que precisa ser construído esse processo de fluxo de atendimento e encaminhamento dentro da própria rede de assistência.

Rodrigo: Pede para formalizar o que foi falado sobre os grupos de trabalhos para que se possa ser organizado dentro da sua instituição o representante que irá participar

Ana: Pede que seja encaminhado uma comunicação formal dos objetivos do grupo de trabalho para que a sua entidade possa indicar quem será o seu melhor representante para participar.

Maria Claudia: Reforça o apoio da OIT, e fala que a instituição pode disponibilizar alguns conhecimentos para o grupo de trabalho.

Natalia: Fala sobre o projeto nem pensar e seus resultados e faz sua apresentação.

Luciana Confort: Fala que a Anamatra tem um projeto de direitos sociais que atua nas escolas e que estão integrando o projeto escravo nem pensar nesse projeto.

#### d. Integração com o combate ao tráfico de pessoas – CNJ

Luciano Frota: Relata que o Ministro Dias Toffoli restabeleceu esse comitê de enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo, além disso, informa que também a um Fórum formado e também comitês estaduais dentro do poder judiciário para o enfretamento dessas duas temáticas. Diz-se preocupado com a nova estrutura do Ministério do Trabalho principalmente por causa desmantelamento das fiscalizações e também com a necessidade de fortalecimento do sistema de justiça em relação a esses temas. Fala que o trabalho da Conatrae e de extrema importância para não haver um retrocesso em relação a temática de trabalho escravo. Fala que

o CNJ tem uma atuação limitada em relação ao poder judiciário, mas que há algumas ações para esse ano de 2019 ligadas ao mapeamento das ações trabalhistas e das ações criminais no descompasso das sentenças realizadas e que o CNJ está atento a essas divergências. Relata sobre o trabalho com as escolas judiciais em relação a sensibilização da magistratura sobre o tema trabalho escravo para que isso seja traduzido nas sentenças judiciais, por isso estão trabalhando com oficinas temáticas para os magistrados. Estão trabalhando também para terem espaços nas comissões do congresso com o objetivo de ter voz dentro das comissões para discutir e levar posição que o judiciário sobre as propostas legislativas, seja a favor ou contra, mas com o intuito de contribuir para o debate. Informa que também está abrindo espaço para o dialogo com a sociedade civil porque precisamos juntar forças nessa luta. Finaliza que o CNJ quer contribuir coma a pauta.

Mércia: Faz duas provocações ao Luciano Frota do CNJ, primeiro pede que o CNJ aprofunde a questão de gênero e raça e em segundo pede que o próprio CNJ chame as empresas para uma conversa pois elas sentem uma dificuldade em serem proativas.

Maria Cristiana: Sugere trazer na próxima reunião da Conatrae uma apresentação sobre a estrutura da assistência social.

Luciana Confort: Fala da importância da participação do CNJ, e parabeniza a participação dessa comissão criada pelo órgão, e diz que isso traduz uma reivindicação antiga. Fala que sempre houve problemas com as sentenças penais, mas para resolver o problema teriam que ter uma aproximação maior com os juizes do trabalho pois não há como não ter comunicação entre os dois segmentos. Fala da resistência da magistratura sobre o conceito e que para modificar isso teria que haver uma integração das escolas e a sensibilização de todas elas. Finaliza parabenizando o Luciano Frota pelo seu trabalho junto ao CNJ e ressalta a importância dessa parceria para o avanço da política.

Claudia Anjos: Se apresenta, dizendo que trabalho neste Ministério na coordenação sobre refugiados e também é a representante do Ministério nas instâncias que tratam sobre trafico de pessoas. Fala que está iniciando a implementação do III plano nacional de trafico de pessoas e relata que muitas metas que estão direcionadas para o poder executivo implementar vai precisar a ajuda do poder judiciário e pede para fortalecer esse contato com o CNJ.

Xavier Plassat: Pede que se faça um grupo de monitoramento de 6 meses para acompanhar a pesquisa das ações penais e civis.

Ligia: Pede para ser incluída no grupo de monitoramento da pesquisa, e fala da volta da Fabiana Galero a pauta.

Mario Guerreiro: Também pede para ser incluído no grupo e relata que tem um vasto numero de decisões e jurisprudências que podem ajudar no processo.

Fernanda Carvalho: Informa que a OIT fez um produto a um tempo atrás, que analisava o conceito nos tribunais superiores com um recorte a partir de 2008, e se propõem a disponibilizá-lo para contribuir com a pesquisa.

#### e.VI Encontro das Coetraes 2019.

Andreia Minduca: Fala que no ultimo encontro realizado na Bahia, teve como encaminhamento a disponibilidade do estado de MT em realizar o encontro, financiando a maior parte. Fala que a ideia é de aumentar o espaço desse encontro para outras instituições que queiram participar

da organização técnica e financeira, e também em aprimorar o encontro. Informa que a previsão de data é em setembro ou outubro.

Natalia: Pede para não coincidir com o encontro do GPTEC. Pede para envolver a sociedade civil na parte de protagonismo e não só na parte de boas práticas.

Fernanda Carvalho: Diz que a OIT irá ver como está o aporte financeiro, mas já se disponibiliza em ajudar metodologicamente.

f. Projeto de Municipalização; Projeto Direitos Humanos em cena e Projeto Protegendo sonhos (Renato Menezes – SEJUDH – PA)

Renato: Fala das dificuldades do estado, relata que a preocupação é alcançar as entidades da ponta, e gostaria que a Conatrae ajudasse no processo de como atingir o estado todo. Relata que pretende alinhar a rede para que possa ajudar a abaixar os índices de trabalho escravo no estado do Pará que são totalmente alarmantes. Informa que veio pedir auxílio para articular política pública no estado.

Natália: Fala que o escravo nem pensar têm trabalhado intensamente no estado do Pará. Pede que a SEJUDH e Coetrae –PA ajude a acionar a secretaria de educação para levar o projeto. Ressalta que é resgatar o que foi feito em 2017 e fortalecer as ações que foram feitas.

Xavier Plassat: Pergunta como está o andamento no plano estadual no estado do Pará.

Renato: Diz que vai verificar o andamento do plano, mas a última informação é que está quase finalizado.

Dante: Se propõe a fazer articulação com as instituições que possam ajudar no caso do estado do Pará e encaminhar as demandas solicitadas, principalmente em relação com o projeto do escravo nem pensar.

g. Informes:

Dante: Fala sobre as oficinas de trabalho decente e relata que a ideia é retomá-las e ampliá-las com objetivo de trazer mais atores que participam da política e não ficar só na magistratura e auditoria. Informa que a ideia é marcar as reuniões do GT sempre próximo as reuniões ordinárias.

Antônio Mello: Fala sobre a criação do instituto trabalho decente em janeiro, formado por ex-funcionários da OIT, especialista com experiência na temática diz que a ideia é de continuar contribuindo para a promoção do trabalho decente.

Marilia: MPT e Repórter Brasil, estão promovendo um evento de alto nível no dia 15 de março, em São Paulo, para discutir o papel do setor financeiro no combate ao trabalho escravo.

Mércia: InPacto junto com a Conectas estão desenhando uma atividade que provavelmente vai ser aqui em Brasília, com a proposta que estados e países que tenham legislação de importação buscando combate trabalho escravo, ou seja a entrada de produtos com trabalho escravo, convidar esses agentes para participar de um seminário aqui no Brasil em maio.

Dante: Encerra a reunião, agradecendo a presença de todos.

**Encaminhamentos:**

- 1- A Comissão se manifeste e peça na secretaria de trabalho que seja solucionado;
- 2- Criação de um GT para ações de reinserção e prevenção a partir da atuação do setor produtivo (CNI, CNA, OIT, ABVETEX, InPACTO e Repórter Brasil);
- 3- Apresentação do Ministério da Cidadania sobre a estrutura;
- 4- Criação de um grupo de monitoramento da pesquisa de ações penais e civis;
- 5- GT de trabalho decente
- 6- Encaminhar o convite do evento da Repórter Brasil e MPT pelo e-mail